

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO - A NARRATIVA SAGRADA DE UMA CEGA – O PROJETO DE BÍBLIA PARA CEGOS DA SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL

EDUCATION AND RELIGION - THE SACRED NARRATIVE OF A BLIND WOMAN - THE BIBLE FOR THE BLIND PROJECT OF THE BRAZILIAN BIBLICAL SOCIETY

Amauri Carlos Ferreira
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

Marcos Adriano Lovera
Igreja Batista do Barro Preto - Belo Horizonte

Stela Maria Fernandes Marques
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

RESUMO

A narrativa traça o percurso do que somos no mundo. Este artigo apresenta a narrativa de uma mulher em sua trajetória de vida. Poderia ser considerada como qualquer outra narrativa. No entanto, é a trajetória de uma mulher cega e sua conquista no território complexo da inclusão social. A narrativa é marcada pela procura da autonomia de leitura da Bíblia. Neste caminho, o conflito é instaurado no campo do preconceito religioso e de gênero. Assim, este artigo discute a trama entre memória, história e identidade de uma mulher, Paula França, que se confunde com a origem e extensão do projeto Bíblia para Cegos da história da Sociedade Bíblica do Brasil. A narradora fez de seu limite, a cegueira, marco de luta para sua inclusão religiosa. Saber de sua história é conhecer a trama do preconceito vivenciado por indivíduos com necessidades educacionais especiais. O caminho escolhido foi a descrição e a análise da narrativa na trama da subjetividade, na qual paixão e fé se misturam no campo da utopia religiosa.

Palavras-chave: Inclusão, Bíblia braile, gênero, memória, identidade.

ABSTRACT

Narratives describe our story and what we are. This paper presents a woman's account on her life story. This account could be like any other account. Yet, it describes a blind woman's trajectory and her struggle to cross the social inclusion intricate ground. The narrative is marked by her quest for autonomy to read the Holy Bible. During this journey, conflicts arise from religious and genre

84

prejudice. Her narrative is intertwined with the Bible for the Blind Project from the story of the Brazilian Biblical Society. Hence, this article discusses the storyline between memory, history and identity of a woman, Paula França, which fuses itself with the origin and scope of this project. The narrator used her visual impairment as a fighting milestone on her quest for religious inclusion. To know her story is to acknowledge the plot of prejudice experienced by people with special educational needs. We used description and narrative analysis within the subjectivity plot, in which passion and faith merge in the field of religious utopia.

Keywords: Inclusion; braille Bible; genre; memory; identity.

1 Introdução

Na história de vida de qualquer pessoa, a experiência conduz a um aprendizado o qual é marco para o indivíduo dizer sobre si mesmo na relação construída com o mundo e com o outro. Cada narrativa representa pertencimentos: faixa etária, família, escola, religião, trabalho; um caminho para utopias temerárias.

O ato de narrar do indivíduo traz, em sua composição, significações do mundo real e imaginário. Compreender essas significações a partir do lugar do narrador é tecer uma trama na qual o evento e o acontecimento se registram no fazer histórico. É assim que cada história é composta por fragmentos da memória individual que, ao se coletivizarem, oferecem a origem de vários fatos históricos. Aponta para o fazer individual em utopias coletivas em uma experiência que é de todos.

Contar a história de uma associação no caso da Sociedade Bíblica do Brasil (SBB) no que se refere à inclusão da Bíblia é trazer à tona a memória e a identidade de uma mulher no território da inclusão social. A inclusão aponta o caminho para perceber sua antítese, a exclusão social. Esta afeta os indivíduos no que tange a conflitos, confrontos que são conhecidos à medida que os direitos vão sendo conquistados e reconhecidos.

A história da Bíblia para cegos, no Brasil, é reconhecida pela história de uma mulher que, no horizonte de seu mundo vivido, mostra suas experiências registradas em seu corpo e, acima de tudo, o lugar do feminino no jogo complexo da relação de gênero.

É a história de quem não se abate pelas situações limites que a vida impõe, uma vez que a luz que brilha vai se perdendo e uma outra, a da fé, vai fortalecendo-a. A narrativa subverte o silêncio das políticas de inclusão, ao mostrar que o acesso ao livro sagrado para cegos alfabetiza, espiritualiza.

Mas qual o sentido da leitura? A resposta dada pela narradora se traduz em uma contradição dos sentidos: um ver com as mãos. Ao mesmo tempo que este ver

com as mãos leva a uma maior autonomia, é um ver que se traduz no mundo das pessoas com deficiência visual: ver o mundo a partir de outros sentidos.

O contato com o texto sagrado abre perspectivas valorativas do processo de inclusão. Ele educa para a autonomia. Segundo a narradora: “Ela se sente mais identificada, também independente, porque a pessoa não fica dependendo de alguém para leitura do texto”.¹

Quando se procura perceber o mundo do outro em condições contrárias a que se vive, é preciso estar ligado a uma experiência sensível do mundo dos que lutam por autonomia, ou seja, pela possibilidade de compreender a partir de si mesmo o mundo da escrita, particularmente o mundo da escrita sagrada, o mundo da fé.

Mas como entender esse projeto dentro dos desafios enfrentados? De que maneira a Bíblia para cegos abriu, no campo educativo, as utopias religiosas? Para compreender a importância deste processo de conquistas, é preciso ter como base o drama vivido pela narradora de reconstruir parte da memória e história de vida de Paula Franco e sua relação com a Sociedade Bíblica do Brasil.

Este artigo contempla a tríade: identidade, memória e história, atravessada pela categoria gênero em seu aspecto relacional.

2 INCLUSÃO / EXCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A exclusão social da pessoa com deficiência física e mental ocorre há milênios e em vários momentos da história humana foi além da segregação do convívio social, incluindo, ainda, a desvalorização de atributos, características e comportamentos como o idioma, o credo e a orientação sexual.

¹ As narrativas aqui expostas pertencem ao acervo dos autores deste artigo.

² Organização sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, há mais de seis décadas, a Fundação Dorina tem se dedicado à inclusão social das pessoas com deficiência visual, por meio da produção e distribuição gratuita de livros braile, falados e digitais acessíveis, diretamente para pessoas com deficiência visual e para cerca de 2.500 escolas, bibliotecas e organizações de todo o Brasil. A Fundação Dorina Nowill para Cegos também oferece, gratuitamente, programas de serviços especializados à pessoa com deficiência visual e sua família, nas áreas de educação especial,

Parece justo considerar que, perante a evidente natureza heterogênea do ser humano, os fundamentos dos direitos humanos, como expressão de universalidade jurídica, pressupõe que se encontre uma fonte universal de direitos para todos. O conceito de direitos humanos tem vindo a ser redefinido desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos publicada em 1948, quando as Nações Unidas consideraram os direitos humanos em função das realidades e das desigualdades sociais, económicas, políticas e culturais inerentes à sociedade. Barreiros e Morgado (2002, p.101) lembram-nos que habitamos num mundo plural, e, por isso

[...] é necessário perceber, nos diversos contextos, os elementos culturais que nos orientam à pluralidade, como também compreender tanto os velhos quanto os novos processos e fenômenos que constroem as identidades, e afirmar a diferença. Enfim, buscar situar as referências estabelecendo um diálogo na multiplicidade, que certamente é contextualizada num cotidiano dinâmico, e que por isso deve ser revitalizado.

Assim sendo, a incontornável condição da pessoa com deficiência é um claro atestado da sua singularidade em meio à multiplicidade de condições humanas na nossa sociedade. Ainda assim, verificam-se dificuldades para a plena inclusão social desse sujeito. O modelo social da deficiência, elaborado essencialmente por entidades de pessoas com deficiência, aponta as barreiras sociais (na escola e em empresas, por exemplo) que impedem o pleno desenvolvimento e inserção social desse sujeito e sua efetiva inclusão escolar e profissional. As barreiras são reais e visíveis nos vários âmbitos sociais por onde circula a pessoa com deficiência e nos mais variados ambientes restritivos, seja na forma de políticas e práticas discriminatórias ou atitudes preconceituosas contra minorias e o “diferente”, seja pelos padrões de normalidade ou arquiteturas fisicamente inacessíveis, seja por uma aparente falta de informação sobre necessidades especiais e direitos das pessoas com deficiência.

Inúmeras políticas e leis orientando programas e serviços para viabilizar a inclusão social da pessoa com deficiência têm vindo a ser desenvolvidas. Concretizam-se tanto pela oferta de mecanismos de adaptação da pessoa com deficiência às estruturas, bens e serviços da sociedade onde está inserida, bem

como proporcionando sistemas adaptados às especificidades de deficiências particulares. Em ambos os cenários, pretende-se efetivar a inclusão social da pessoa com deficiência e garantir o direito à participação ativa e efetiva na sociedade, em um local de convívio viável para pessoas de todos os tipos de potencial e competências. Em última instância, a inclusão social depende de políticas públicas eficazes que executam a legislação nacional e que seguem recomendações internacionais, como a Declaração de Madri, assinada em 2002 no Congresso Europeu de Pessoas com Deficiência, onde se defende que a não discriminação e a ação afirmativa resultam em inclusão social.

Atualmente, ainda é possível depreender que, embora a pessoa com deficiência esteja presente na nossa sociedade, com toda a sua deficiência e eficiência, ainda lhes é vedado o acesso a inúmeras instâncias da vida cotidiana. O acesso à leitura da Bíblia em braile representa bem uma dificuldade dessa gama de obstáculos que a pessoa com deficiência visual enfrenta.

3 DA NARRATIVA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Como qualquer história ancorada na memória, a narrativa tem seus desvãos de significações construídas pela escolha do narrador, que narra a partir de seu lugar de pertencimento ao mundo. No dizer de Bosi (2003, p.41), ao ouvir seus colaboradores: “[...] constatamos que o sujeito mnemônico não lembra uma ou outra imagem. Ele evoca, dá voz, faz falar, diz de novo o conteúdo de suas vivências. Enquanto evoca ele está vivendo atualmente e com uma intensidade nova sua experiência”.

Como toda história de vida, o mundo vivido é descrito pelas relações que se estabelecem no universo familiar, religioso, escolar e de trabalho. Relações que cotejam a formação das identidades. Identidades no plural para dizer que somos muitos, quando dizemos sobre nossas relações.

Na construção de uma identidade, o nome marca seu lugar no mundo. E sua construção se dá por metamorfose, expressão utilizada por Antônio da Costa Ciampa (1990) para indicar processos identitários.

A teoria sobre identidade explicita que é a partir do nome que se configura um *status* no qual o mundo das relações é construído. Discussões nas quais se debruçam antropólogos, historiadores e pesquisadores da memória, como se o nome carregasse toda uma carga de significações. Porém, o que é ter um nome sem possuir uma história? O que é uma lembrança no fio tênue da existência? Ferreira e Grossi (2001, p.31-32) nos diz que:

A lembrança conduz o indivíduo a cenas vividas em conjunto, imagens que se tornaram presentes num tempo em que presenciamos o acontecido. No entanto, no decorrer da vida, momentos vividos vão fazendo parte de uma construção permanente da existência, passando-se a lembrar do que aconteceu mediante o contato com pessoas, lugares, vozes, músicas que levam o sujeito a associar impressões vivazes. Para o sujeito que narra, torna-se impossível narrar tudo, lembrando-se ele apenas de partes significativas do passado.

A construção da identidade de Paula França, como gosta de ser chamada, é marcada por um processo de aceitação, rejeição e intervenção.

Paula nasceu em São Paulo, no dia primeiro de agosto de 1959, e seus pais, apesar de viverem juntos, não eram casados no civil. O pai a rejeitava. Era a segunda das duas filhas que o casal teve. Desde o seu nascimento, ouviu boatos de que ela não era sua filha legítima. O pai nunca a registrou. Essa rejeição aconteceu por diversos anos até a saída dele de casa, deixando a mulher e as duas filhas ainda pequenas sem qualquer apoio. Sua mãe se casou novamente, com um sargento. Passado mais um tempo, esse padrasto foi com os avós de Paula que serviram de testemunhas, registrá-la no cartório. Seu nome desde que nasceu foi Marta França e, para surpresa de todos, no dia que foram registrá-la, ele simplesmente mudou o nome dela para Paula Regina França Ribeiro.

A ex Marta França precisaria se acostumar com o novo nome, com a nova situação. Sua existência civil foi dada de forma inesperada. Seria uma nova fase para Paula mostrar que Marta não mais existia. “É a vida com suas experiências de

menor significado”, no dizer de Paula. Essas podem ser arquivadas, mas não esquecidas. Esse é um acontecimento que Paula o remonta com certa naturalidade, não que não gostasse do nome Marta, mas porque Paula a fazia existir para o mundo.

Paula França fala desta experiência como mais uma no seu mundo de incertezas, de situações enfrentadas desde sua infância. Ser chamada de Paula em relação à Marta faria alguma diferença? Questão que ela narra como sendo de menor importância no mundo traçado pelo sofrimento de infância, pela dificuldade em ser aceita no mundo construído aberto e fácil para outras pessoas sem necessidades educacionais.

Para Paula antes Marta, um nome é apenas mais um entre tantos. Um nome como um ninguém na história literária de Homero com seu Ulisses, que só se torna alguém pelos seus feitos, ou como em Guimarães Rosa, no Grande Sertão Veredas, um nome que se recebe, e não se escolhe. Na experiência singular da narradora, este fato é algo sem muita importância. O que é um nome onde não se pode escolhê-lo? Alguém escolheu o seu? A gente se acostuma a ser chamado de muitas coisas. Até que se acostuma com um. Aprendeu a ser Paula. Não há conflitos em relação ao nome. O que existe é adequação à situação ou um processo de construção do que passou a ser a partir de outro nome. Uma “marca identitária” no dizer de Claude Dubar (2005, p.135) para demarcar que a identidade nunca é dada, ela sempre é construída e deverá ser (re)construída em uma certeza maior ou menor e mais ou menos duradoura.

Tendo em vista que sua “marca identitária” inicia-se com outro nome, aquele na qual foi chamada é para ela apenas uma lembrança sem importância. “Basta se acostumar”, como quem aprendeu com a vida a dar significado a coisas fundamentais para se existir. O nome o qual ela se tornou mulher reconhecida é Paula. Ela, então, remonta sua história como quem, a partir de seus limites, supera o tempo de sofrimentos: nome trocado, ficar cega, afastamento dos outros, sem namoro, tratamentos intensivos, os preconceitos... Enfim, sua identidade como mulher e cega é construída e reconstruída o tempo todo, em um processo contínuo

de decodificação do mundo. Em sua vida tudo parecia estar traçado para não dar certo desde cedo. Como indivíduos que chegam ao mundo inóspito ao seu pertencer.

Ao escolhermos o caminho da história de vida para dar voz a uma mulher, a identidade foi tomando forma no mundo vivido, uma vez que,

[...] a identidade de uma pessoa está totalmente amalgamada à sua história de vida. Conhecê-la – com suas escolhas, dificuldades e dúvidas - amplia, enriquece e matiza a visão que temos dela. Facetas são reveladas. As histórias de vida nos inspiram a fazer nosso próprio caminho... (PICHIA; BALIEIRO, 2010, p.15-16).

A história oral de vida de Paula foi fundamental para compreender o projeto de Bíblia para cegos da SBB, como, também, para entender a trajetória de uma mulher cega e sua conquista no território complexo da inclusão social. É esse acesso à subjetividade numa construção da identidade que a narrativa aponta para um itinerário pessoal e político, no qual as escolhas demarcam um projeto de vida.

4 DA MEMÓRIA E SEUS FRAGMENTOS: ITINERÁRIOS DE LUZ E SOMBRA

Bosi (1987, p.3) nos diz que a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento.

As lembranças que Paula tinha da sua tenra infância são lembranças de tristeza, de tragédias, e a cegueira vinha tomando conta de sua vida para lhe dar experiências inesquecíveis.

O tratamento médico intenso tirou-lhe a infância e após tentativas com cirurgias e retorno parcial da visão por um tempo, ficou definitivamente cega. Na juventude e com o novo nome, Paula passa a conviver com outros desafios: a dificuldade para estudar e a discriminação. Estudando em uma escola regular em Guarulhos com uma professora que também era cega, Paula foi alfabetizada no

braile em três semanas. Naquela escola o maior problema era a falta de livros e muita coisa tinha que ser gravada em áudio.

Esse momento foi crucial para Paula, ao decidir pelo seu futuro, sendo ela o sujeito construtor da sua própria história, sem se anular diante da rejeição e da discriminação.

5 O PRECONCEITO E A NOVA EXPERIÊNCIA RELIGIOSA

Paula sempre foi discriminada por não ter pai, por ter uma deficiência visual e por ser filha de mãe separada. Na escola, era bem tratada pelos colegas até perceberem que ela era cega. Também não tinha chance com namorados, tanto que o namoro só veio a acontecer quase adulta. Uma pessoa que a ajudou muito foi sua irmã, Márcia França, que lia muitos livros para ela e lhe deu todo seu fundamento intelectual de maneira oral.

Quando a mãe passou a participar de uma Igreja Evangélica juntamente com ela e a irmã, abriu um novo caminho para sua vida, da socialização, de ter colegas, de poder fazer amigos e se relacionar com essas pessoas. Com o falecimento da avó e o casamento da irmã, Paula passou a morar sozinha. Nessa fase, seus amigos a visitavam regularmente e acabaram transformando esse relacionamento em uma comunidade de convivência e amizade profunda.

Com a conclusão do ginásio, Paula sonhava em algum dia, estudar música. Pensou em ser uma missionária, pois estava muito envolvida com a igreja. Foi quando seu padrasto morreu e sua mãe ficou só, com o filho doente. A igreja toda pressionava Paula para ir estudar, quando ela se deparou com seu primeiro conflito: “[...] mas eu vou deixar a minha mãe e vou para a igreja, eu vou ser missionária?” (Paula França). A mãe viúva e sozinha para cuidar de um filho paraplégico?

Os amigos diziam para ela ir estudar e realizar seu sonho; outros diziam para ficar e ajudar sua mãe. Depois de muita reflexão, decidiu não ir e ficar com sua

mãe, ajudando-a a cuidar do irmão, abrindo mão dos seus projetos, seu sonho para recomeçar sua vida com a família.

Matriculou-se no Instituto Bíblico do Brasil e se deu conta de que não havia a Bíblia em braile disponível. Começou um questionamento de como iria estudar num Instituto Bíblico sem a Bíblia? Durante esse período de retorno aos estudos, fez uso apenas do recurso oral como das outras vezes. Concluiu o curso de Liderança Cristã e se questionava sobre o que iria fazer agora. Inclusive pensou na possibilidade de dar aulas, mas como poderia fazer isso se não tinha a Bíblia em braile para compartilhar com outras pessoas?

6 FRAGMENTOS DA HISTÓRIA: TEMPOS DE ESPERANÇA

Há mais de 200 anos foi inventado um sistema que permite a leitura com a ponta dos dedos para quem é cego: o braile. Este invento tinha outro objetivo, mas foi aprimorado para esse novo fim e que é extremamente útil até nossos dias.

A primeira Bíblia em Braile data de 1900. É um manuscrito escrito em Braile antigo. Não se tinha, na época, impressora para este método de escrita. Em 1948 foi fundada, em nosso país, uma organização que tem a missão de disponibilizar, das mais diversas formas, o texto da Bíblia Sagrada em português a todos interessados na sua leitura. Dentre seus projetos de impacto social, foi criado o “Programa Inclusão do Deficiente Visual”, que culminou, em 2001, com a inauguração da Imprensa braile. Para se chegar à inauguração dessa Imprensa e um ano depois poder lançar a Bíblia completa em braile, foram diversos acontecimentos nos quais Paula é protagonista.

Paula estava namorando um músico – um baterista que conheceu na Escola de Música onde estava estudando violão e flauta doce. Ambos foram visitar um grupo de estudos bíblicos que ela havia sido convidada por uma funcionária da

Fundação Dorina Nowill². Eram seis pessoas que se reuniam numa residência. Duas enxergavam e quatro eram cegas ou quase cegas.

Esse grupo que se encontrava na casa dessa jovem passou a reunir-se em sua igreja – uma Igreja Batista que era bem distante - e as pessoas com deficiência visual precisavam usar metrô e pegar ônibus, o que trazia dificuldade no deslocamento. Assim sendo, eles começaram a pensar em diversas possibilidades para estas pessoas com deficiência visual se reunirem regularmente. Paula conta que:

[...] a gente queria resgatar deficientes que estavam nas igrejas mal acomodados, porque os caras entravam na igreja, não conseguiam se adaptar, uma por não ter Bíblia e outra porque não aceitavam os deficientes porque queriam que eles fossem curados. Aquela coisa de igreja carismática, e tal, ninguém aceita o deficiente. A deficiência do deficiente. E aí começamos a montar estratégias, montamos até um nome para isso tudo: Associação dos Deficientes Evangélicos do Brasil. (Paula França).

No período de estudos no Instituto Bíblico, Paula lembra que teve acesso ao texto bíblico em braile, e um colega disse que na Secretaria Regional da SBB, em São Paulo, tinha todo o Novo Testamento impresso em braile, e que se ela desejasse, comprariam para ela. Naquele momento, ela não mostrou muito interesse porque já estava concluindo seus estudos. Também na igreja onde o grupo da Associação dos Deficientes Evangélicos do Brasil (ADEVEB) se reunia, tinha parte do Novo Testamento em braile, e ficou claro para Paula que todos queriam a Bíblia contendo tanto o Antigo como o Novo Testamento. Então, algo precisava ser feito.

Na Associação, Paula exercia liderança e era a representante do grupo nos relacionamentos públicos. Ela percebeu junto com outras pessoas com deficiência

² Organização sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, há mais de seis décadas, a Fundação Dorina tem se dedicado à inclusão social das pessoas com deficiência visual, por meio da produção e distribuição gratuita de livros braile, falados e digitais acessíveis, diretamente para pessoas com deficiência visual e para cerca de 2.500 escolas, bibliotecas e organizações de todo o Brasil. A Fundação Dorina Nowill para Cegos também oferece, gratuitamente, programas de serviços especializados à pessoa com deficiência visual e sua família, nas áreas de educação especial, reabilitação, clínica de visão subnormal e empregabilidade.

visual que onde eles estavam instalados não era uma localização de fácil acesso, e que se permanecessem ali, a ADEVEB não iria se expandir.

Diante dessa situação, os integrantes da Associação decidiram sair daquele local. O pensamento de Paula era: “[...] tem que ser uma igreja que fique do lado do metrô, bem situada, que tenha uma sala para a gente poder se reunir e tenha uma acessibilidade legal para a gente continuar fazendo esse trabalho.” Também era pensamento dela que essa Associação não recebesse pessoas que viessem a pertencer a uma religião específica, nem que a igreja que os abrigasse fosse detentora de algum direito da Associação ou coisa parecida. Todas as pessoas seriam bem-vindas.

Ao receber a informação da oferta de um novo local pela Igreja Presbiteriana, o grupo ficou animado e mudou-se. Naquele lugar de melhor acesso o trabalho cresceu. Paula tinha o intuito de providenciar a Bíblia em braile para essas e outras pessoas que tivessem interesse. Naquele local, eles desejavam que as pessoas com deficiência visual chegassem e se sentissem bem, porque, nas igrejas em que frequentavam, sempre queriam curá-los. Mesmo sendo convidada para fazer conferências nas igrejas, na maioria das vezes, quando Paula estava terminando de falar e pronta para ir embora, as pessoas queriam se reunir para fazer imposição de mãos para ela ser curada. E assim acontecia com outros cegos também. Nesse sentido, Paula compartilha que:

[...] a cura não é essa. A cura para mim é à medida que eu comecei a sair de casa, a frequentar a igreja, a participar de um monte de coisas bacanas. A cura é dentro da pessoa [...] A visão é dentro, não tem essa, a visão é muito mais além do que o olho [...] Então, eu me senti uma pessoa curada naquele momento... que eu era uma pessoa atuante [...] (Paula França).

Agora os indivíduos com deficiência visual teriam um lugar em comum, onde poderiam compartilhar seus sentimentos e dificuldades. Eles se reuniriam na Associação que lhes representaria e, ao mesmo tempo, teriam uma igreja para desenvolverem sua espiritualidade sem preconceitos.

Ter a Bíblia completa em braile não foi idealização ou plano de Paula. Ela sempre creditou esse desejo às pessoas que tinham limitação para enxergar e que

desejavam ter o texto bíblico como direito de todos. Diante dessa situação, Paula começou a perguntar para diversas pessoas o que sabiam sobre a SBB. Pensou em procurar aquela filial da Sociedade Bíblica que soube ter o Novo Testamento em braile, e seu objetivo era pedir doação para a ADEVEB, pois era melhor eles terem algo do que não ter praticamente nenhum texto em braile.

O início do contato com a SBB foi em 1991. Paula foi até a filial na Av. Tiradentes e conheceu o Rev. Ivan Ávila, que era o Secretário Regional. Ao recebê-la e ouvi-la compartilhar sobre a ADEVEB, assumiu o compromisso de doação dos 14 volumes do Novo Testamento em braile para a Associação. Era um texto da Sociedade Bíblica de Portugal. Paula voltou a falar com o Secretário Ivan (Mas Ivan era Reverendo e secretário? É isso? Favor verificar) pedindo ajuda para buscar mais informações sobre a possibilidade de ter essa Bíblia completa no Brasil. Foi assim que ele apresentou Paula ao então Secretário-Geral da SBB, Rev. Luiz Antonio Giraldi. Na primeira conversa, o Rev. Giraldi se comprometeu em buscar informações se existia a Bíblia completa em braile em português fora do Brasil ou se seria possível mandar produzir essa Bíblia em algum outro país. A Sede Nacional da SBB era no bairro Alphaville, em Barueri, e Paula entrou em contato com o Secretário-Geral diversas vezes, com o intuito de ter informações na esperança que essa organização, que produzia milhares de Bíblias impressas a cada ano, se interessasse em providenciar a Bíblia em braile também.

Neste processo de construção da relação de Paula França com a história da Bíblia para cegos, alguns procedimentos foram cruciais para que esta utopia se concretizasse: O trabalho voluntário, alfabetização de cegos, inclusão e espiritualidade.

7 A ALFABETIZAÇÃO

Depois do Rev. Giraldi ter consultado diversas Sociedades Bíblicas em diversos países e Paula ter procurado organizações em nosso país que se dedicam à produção de material em braile, ficou constatado que não existia nenhum exemplar

completo da Bíblia com esse tipo de impressão em português. Diante dessa constatação, foram muitas as conversas entre Paula, o Rev. Giraldi e sua filha, Alice, que era a responsável pela Ação Social da SBB, e o assunto da Bíblia em braile foi tomando forma e relevância.

Tanto a inclusão social quanto a questão de alfabetização da pessoa com deficiência visual fez parte de todo o projeto, pois seriam livros de que as pessoas alfabetizadas ou em fase de alfabetização poderiam usufruir, tanto no aspecto educacional, avançando nas suas leituras, quanto em seu aprendizado cultural.

Diante do alto custo para fazer no Brasil, o Rev. Giraldi decide dar início às tratativas para fazer uma produção com uma entidade dos Estados Unidos, e convidou Paula para fazer parte da equipe. Paula aceitou trabalhar como voluntária a partir do ano de 1992 como consultora e, depois, como revisora.

Esse trabalho era muito delicado e todo o processo era feito no Brasil: o texto era encaminhado para os Estados Unidos para fazerem a impressão de teste e, depois, o mandavam de volta ao nosso país para aprovação final. Eram dezenas de textos com revisões e acertos. O primeiro livro que foi impresso em braile foi o de Salmos. Um longo e lento processo que demandou, aproximadamente, dois anos de trabalho, até sua impressão final, aprovada.

Não se tinha noção de que fosse tão trabalhoso e, pelo fato de mandarem fazer nos Estados Unidos, Paula tinha a ideia errônea de que, devido à tecnologia naquele país, seria mais rápido esse processo.

Apesar da preocupação com a lentidão para fazer o trabalho e das cobranças das pessoas com deficiência visual, Paula achou um tempo para estudar flauta doce, depois violão e, depois, flauta transversal, e o que ela queria eram partituras das músicas em braile, assim como estavam fazendo com a Bíblia. Para estudar, todas as partituras eram copiadas a mão. Ela perdia um mês de suas aulas para copiar as partituras, em detrimento do estudo do instrumento propriamente dito. Mas foi graças a essa persistência que Paula criou um dos primeiros métodos de flauta transversal do Brasil em braile. Durante anos, criou um acervo de partituras e estudou e criou métodos inclusive para outros instrumentos que ela sequer sabia

tocar, para que as pessoas tivessem mais opções de partituras em braile para seus estudos, e fez tudo isto simultaneamente com o trabalho de preparação da Bíblia em braile.

Mas a morosidade com todo o processo para a publicação da Bíblia em braile desmotivou Paula ao ponto de ela telefonar para o Rev. Giraldi e informá-lo que estava se desligando do projeto e daria sequência na sua vida. Foi uma conversa difícil, com lágrimas, mas era um reflexo de tantos anos esperando por algo que parecia ainda demorar muito tempo para acontecer. Mas essa atitude, que culminou no telefonema inesperado, seguramente tirou o sono do Secretário-Geral da SBB, que teria uma decisão importantíssima para tomar nas próximas horas.

8 A DECISÃO TÃO AGUARDADA

Decidiram mudar o rumo do trabalho e realizá-lo no Brasil. O Gerente-Geral da Gráfica da Bíblia, Célio Emerique, foi à Europa para fazer pesquisa de preços para viabilizar a compra de uma impressora industrial em braile.

Diante dessa nova situação, Paula foi convidada a retornar ao projeto, como *freelancer*, e informaram que as máquinas estavam sendo adquiridas. Passou a ser uma nova fase em que Paula pôde ajudar na definição de detalhes importantes, como a gramatura do papel, de como seria o formato, como seria a diagramação, como seriam as linhas, quantas linhas seriam. Todo esse trabalho levou um ano de preparação e formatação. Foi um serviço minucioso, pensando na portabilidade e na comodidade do leitor. Após essa etapa, Paula trabalhou incansavelmente durante nove meses, de segunda a segunda, em média seis horas por dia, para fazer a revisão de toda a Bíblia.

9 ESPIRITUALIDADE, INCLUSÃO E ALFABETIZAÇÃO

Ao ser questionada sobre a importância da Bíblia em braile na vida religiosa da pessoa com deficiência visual, Paula responde que:

A vida religiosa, tudo depende de como ele encara. Eu acho que no caso de algumas pessoas, é o lance de mudar de vida mesmo, de ter um texto que ela pode tocar e ler e se sentir identificada, assim como uma pessoa que enxerga. Porque é tudo, as pessoas são iguais. A deficiência não muda nada. Agora, o fato de o deficiente ter a Bíblia completa, eu acho que ele se tornou, na cabeça dele, um cidadão completo, não só na parte religiosa, porque é um reconhecimento de que ele existe. (Paula França).

Não restam dúvidas de que, para além da espiritualidade, o assunto aqui trata da inclusão social e do reconhecimento de que o cego é uma pessoa digna como qualquer outra, que possui direitos e, portanto, não pode ficar à margem da sociedade pelo fato de não enxergar ou ter limitações na visão – ou seja, ao ser lembrado e receber um texto em braile de um livro, ainda que religioso ou não, o indivíduo com deficiência sente estar sendo reconhecido como cidadão.

A pessoa com deficiência visual, ao se cadastrar na SBB, passa a receber um volume dos 38 que compõem a Bíblia completa em braile a cada 3 meses, e junto com esse volume, que pode conter mais de um livro da Bíblia Sagrada, recebe, também, a revista A Bíblia no Brasil (ABNB) em braile. Este é um dos projetos de inclusão social da entidade, que proporciona independência, pelo fato de não mais necessitar que alguém leia a Bíblia para ela. Sobre a possibilidade de a pessoa saber que receberá o livro, junto com a revista, e que ainda virão outros volumes, Paula complementa: “[...] realmente reconheceram que ele é uma pessoa e que ele precisa daquilo. É muito bom, é muito importante para a cabeça dele.” (Paula França).

Evidencia-se, portanto, que há um desenvolvimento cultural na vida da pessoa com deficiência visual. Ao praticar a leitura em braile, ele melhora seu desempenho na alfabetização. Questionada sobre se a Bíblia em braile realmente influencia a vida do sujeito com deficiência visual que é alfabetizado, Paula afirma que:

Veja bem, eu não considero só a parte espiritual. As duas coisas têm que andar juntas. A Bíblia foi um motivo para que eles se alfabetizassem mais e para que eles também chegassem perto de Deus. São as duas coisas que

estão andando juntas. Porque, na verdade, a pessoa que enxerga, já foi alfabetizada, ela lê a Bíblia, é uma coisa tão comum ter livro na mão, ter livro, ter placa. A gente não tem nada disso. (Paula França).

Para quem enxerga, os limites dos conceitos sobre pessoa com deficiência visual perpassam pela sua falta de experiência real, embora não se negue a outra pessoa. O desconhecimento e a incompreensão sobre a cegueira, pela maioria das pessoas, nos alertam para o fato de que a cegueira afeta o ser humano como um todo e todos a sua volta. Por isso, é necessário buscar alternativas que encurtem essa falta de conhecimento em prol do bem estar de todos.

10 ENFIM A REALIDADE

Contando com a presença de muitas autoridades civis e religiosas, o lançamento da Bíblia em braile ocorreu no dia 30 de novembro de 2002, no Memorial da América Latina, em São Paulo. Para Paula, que participou daquele evento, foi “[...] um fato histórico, um impacto social” (Paula França).

Do início das tratativas desse tema, de procurar uma organização que pudesse providenciar a produção da Bíblia em braile em português, em 1992, para a concretização desse sonho que não era dela, mas de milhares de cegos do Brasil, até o lançamento do livro sagrado, foram dez anos de muita discussão e muito investimento de tempo e dinheiro, sem qualquer pretensão de se angariar fundos que resultassem em lucro para a SBB.

Sobre o impacto que a Bíblia em braile trouxe para algumas pessoas, Paula conta sobre algumas cartas recebidas:

[...] “olha, depois que eu li a Bíblia em braile, eu mudei” ou “depois que eu recebi a Bíblia em braile eu estou estudando melhor”... e, ainda, “ah, por favor, orem por mim porque eu sou deficiente visual, eu não aceito a minha cegueira”, e depois a pessoa escreve de novo: “não, mas agora a coisa está melhor porque eu estou lendo a Bíblia.” (Paula França).

Pode-se entender, então, que, de forma direta, a Bíblia em braile exerce influência na vida de muitas pessoas, e mesmo sabendo disso, Paula nunca se

sentiu responsável ao ponto de querer receber os créditos pelo seu envolvimento em um sonho que iniciou com outras pessoas, mas que foi levado a cabo através dela, desde a construção do projeto até ele chegar aonde chegou. Justificando, ela afirma que:

Porque isso daí nada mais é do que uma coisa que aconteceu, que eu ajudei a cooperar. Fui uma pessoa motivadora. Não quero me considerar uma pessoa melhor do que as outras. Eu fiz o que eu tinha que fazer, e pronto. É que nem aquele lance lá do texto do escravo inútil, aquela coisa toda. A gente fez o que tinha que fazer, pronto. E eu estou fazendo ainda. (Paula França).

Para concluir a narrativa dessa sua experiência com a Bíblia em braile, Paula diz que não apenas a Bíblia é importante e relevante para a pessoa, mas qualquer coisa que lhe permita acesso à informação, e essa era uma informação que estava faltando para as pessoas com deficiência visual de nosso país.

CONCLUSÃO

A trama urdida entre narrativa, memória e identidade traz para a história oral a configuração do mundo vivido transformado em documento. Foi possível extrair dessa narrativa de Paula elementos constitutivos de uma história de vida mesclada com temas como: gênero, identidade, religiosidade e inclusão. Além de registrar a Sociedade Bíblica do Brasil com seu projeto de inclusão social.

Uma organização que se interessa pela inclusão desde seus primórdios, seguramente não teria avançado nesta área sem contar com a história de vida de Paula. Sem a determinação de quem não pensava em si, e sim nos outros, talvez ainda estivéssemos tentando vislumbrar a possibilidade de, algum dia, termos, em nosso país, o texto bíblico em braile. Finalmente isto aconteceu, pois essas histórias se confundem, se misturam e se fundem uma com a outra, culminando na disponibilidade da Bíblia para cegos.

Essa história do feminino trouxe a questão da identidade como construção social e sua relação com o mundo vivido que, de uma certa forma, aponta para a legitimação da identidade como processo e não como fixidez. Também apontou para os sonhos diurnos (utopias) que auxiliam na construção de identidades em metamorfose.

Foi a partir dessa narrativa que compreendemos a inclusão social dentro de uma perspectiva que aponta para a sensibilidade de perceber a deficiência do incluído, ao que Paula chama a atenção para “a deficiência da deficiência”.

Com sua narrativa do conjunto de conhecimentos adquiridos pela sua vivência, nos afastamos um pouco para poder enxergar melhor sua História de Vida e verificamos sua intervenção na vida de centenas e até milhares de pessoas que buscam no inclusivo o direito à cultura e à religiosidade.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 2.ed. São Paulo: Editora da USP, 1987.

BOSI, Ecléa. **O Tempo vivo da memória**. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BARREIROS, Débora; MORGADO, Vânia. **Multiculturalismo e o campo do currículo no Brasil** – um estudo sobre a multieducação. Redes culturais, diversidade e educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a História da Severina** - Um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Trad. Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres: A Antiguidade**. Porto: Afrontamento, 1990.

FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yonne de Souza. **Razão narrativa: significado e memória**. História Oral. São Paulo: ABHO, 2001.

PICHIA, Beatriz Del; BALIEIRO, Cristina. **O Feminino e o Sagrado: Mulheres na Jornada do Herói**. São Paulo: Ágora, 2010.

Sobre os autores

Amauri Carlos Ferreira. Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: mitolog@pucminas.br

Marcos Adriano Lovera. Graduação em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Rio Grande do Sul (Curso Livre) integralizado pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Mestrado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pastor da Igreja Batista do Barro Preto - Belo Horizonte.

Stela Maria Fernandes Marques. Graduada em Pedagogia e ensino de Português e Inglês (ESECS, Portugal). Mestrado em Educação Especial pela Newcastle University, UK. PhD em Educação (Newcastle University, UK, 2006). Pós-doutoramento em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: sm.pucminas@gmail.com